



VILAREALSTºANTONIO

1  
[Handwritten signature]

## ATA N.º 3/2014

Ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 27 DE JANEIRO DE 2014.

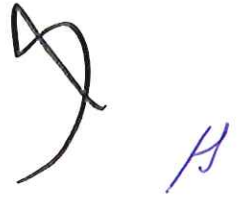
Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de 2014, em Vila Real de Santo António, na Sala Marquês de Pombal da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas 9.05 horas, os Srs. Vereadores Maria da Conceição Cipriano Cabrita, João Filipe de Brito Sol Pereira, João Manuel Lopes Rodrigues, David Matias Murta, José Ernesto Gomes Barão e José Estevão Correia da Cruz, a fim de se realizar a reunião extraordinária a que se refere o artigo 41.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

**ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS NOS TERMOS DO ARTIGO 4.º DA LEI Nº. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 6.º DO DECRETO-LEI Nº. 127/2012, DE 21 DE JUNHO;
- APROVAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E CONTRATOS DE GESTÃO RELATIVAS AO EXERCÍCIO DOS DIREITOS SOCIETÁRIOS DA VRSA – SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM SA;



- APROVAÇÃO DAS ADENDAS AOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO CELEBRADOS NO ÂMBITO DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO;
- APROVAÇÃO DE DOCUMENTO COMPLEMENTAR AO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO;
- CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA PROMOÇÃO DO EVENTO MANTA BEACH 2014-2016;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO MUNICIPAL BASEADO EM AÇÕES DE POLITICA DE PROXIMIDADE;
- VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, E.M. S.A. - INFORMAÇÃO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA EM JUNHO DE 2013 (p/conhecimento)



**DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:**

**AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS NOS TERMOS DO ARTIGO 4º. DA LEI Nº. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 6º. DO DECRETO-LEI Nº. 127/2012, DE 21 DE JUNHO.**

- O Sr. Presidente referiu que o aumento proposto de fundos disponíveis no montante de 5.350.950,54 € tem como base as exigências do Tribunal de Contas nos contratos programas celebrados no âmbito do PAEL e do Reequilíbrio Financeiro.
- O Sr. Vereador David Murta disse que a pertinência dos assuntos propostos nesta reunião extraordinária devia ter levado o Executivo a celebrar uma reunião aberta aos munícipes, para que tenham conhecimento dos assuntos debatidos.
- O Sr. Presidente disse que a reunião extraordinária foi agendada nos termos do regulamento aprovado pela Câmara Municipal, tendo em conta que havia assuntos urgentes para aprovar, e que não é obrigatório que todas as reuniões sejam públicas.
- O Sr. Vereador David Murta formulou diversas questões:
  - Qual o valor atual dos fundos disponíveis;
  - Qual o objetivo deste aumento temporário dos fundos disponíveis
  - Face ao orçamentado para 2014, quais as receitas que vão garantir este aumento dos fundos disponíveis

- Onde se pretende gastar estas verbas;
- Que explique o conteúdo do mencionado nas alíneas f) e g) da proposta, ou seja que se explique se este aumentos dos fundos disponíveis deriva de imposições legais à obtenção do visto do PAEL/PRF.

- O Sr. Presidente disse que não vai haver mais dinheiro para novos gastos. O que se vai é acrescentar aos atuais fundos disponíveis outros montantes cuja suscetibilidade e fiabilidade de serem obtidos durante o ano 2014 é elevada, de forma a se dar resposta ao Tribunal de Contas

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e José Barão e o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vice-Presidente, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de se proceder ao aumento temporário excecional de fundos disponíveis no montante de 5.350.950,54€, de acordo com o previsto no artigo 4.º n.º 1 alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugada com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, documento que constitui parte integrante da presente ata.

- Pelos Srs. Vereadores David Murta e José Barão foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

“Uma vez que a proposta deriva de uma imposição do Tribunal de Contas, conforme explicação do Sr. Presidente, e que permite desbloquear verbas para pagar aos cidadãos, empresas e coletividades do concelho que não têm culpa da má gestão do executivo PSD, a posição de voto da bancada do PS só pode, no entanto ser de **abstenção**, porquanto entendermos estar em causa o princípio da transparência, dado não nos ter sido facultado o acesso ao documento do Tribunal de contas que impõe este aumentos dos fundos disponíveis.”





H

APROVAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E CONTRATOS DE GESTÃO RELATIVAS AO EXERCÍCIO DOS DIREITOS SOCIETÁRIOS DA VRSA – SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM SA.

- O Sr. Vereador David Murta referiu que é preciso cautela com o que se escreve neste tipo de contratos. Na cláusula 6 do Contrato de Gestão está mencionado que “uma avaliação de desempenho negativa por incumprimento dos objetivos contidos nas orientações fixadas e atribuída a motivos individualmente imputáveis, conduzirá à demissão do Gestor pelo Acionista”. Articulando o exposto com o mencionado no n.º 1 do ponto II do Anexo I ao contato, e com o referido nos pontos 11.1 e 11.4 do “Parecer do Fiscal Único Sobre a Informação Financeira Semestral” de Junho de 2013, sobre a Empresa VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, E.M.S.A., conclui-se que o presidente da câmara pode provocar a demissão dele próprio na qualidade de presidente do conselho de administração da Empresa Municipal.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e José Barão e o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vice-Presidente, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de serem aprovadas as minutas dos contratos de gestão a celebrar entre o Município de Vila Real de Santo António e os Administradores da VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, E.M, S.A. bem como as orientações estratégicas relativas ao exercício dos direitos societários nas empresas locais naqueles contidas, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



**APROVAÇÃO DAS ADENDAS AOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO CELEBRADOS NO ÂMBITO DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO.**

- O Sr. Presidente explicou o teor da proposta, referindo que o Tribunal de Contas sugere que se alterem os contratos de empréstimo celebrados.

- O Sr. Vereador David Murta questionou qual a data do ofício do Tribunal de Contas (TC), e mencionou que face à importância do processo considera não ter existido o devido cuidado político no seu tratamento, designadamente quanto às minutas dos contratos, evitando-se que fosse o TC a ter que vir dizer que “os contratos ...integram cláusulas ... cuja admissibilidade legal é questionável ...”, conforme explícito na alínea d) da proposta. Mencionou ainda que se o TC levanta diversas questões é porque os contratos não salvaguardam devidamente os interesses públicos, o que não obstante o já depauperado estado financeiro da autarquia, e se os mesmos fossem aprovados na sua forma inicial se estaria a aumentar ainda mais os encargos e consequentemente a dívida do Município.

- O Sr. Presidente disse que confiava nos serviços, pelo que se são submetidos dessa forma é porque estão corretos. Referiu também que é usual o Tribunal de Contas levantar questões. São situações normais e só não entende tais questões quem nunca lidou com processos submetidos a visto. Disse ainda que todas as câmaras municipais que tiveram apoios do PAEL tiveram que prestar esclarecimentos diversos ao Tribunal de Contas.

- O Sr. Vereador David Murta disse que já teve experiência de solicitações de processos submetidos a visto do Tribunal de Contas e que nunca leu um parágrafo como o exposto na alínea d) do considerando da Proposta.



- O Sr. Presidente disse que desde que preside a Câmara Municipal nunca foi recusado um visto por parte do Tribunal de Contas.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vice-Presidente, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de serem submetidos a aprovação da Assembleia Municipal as minutas de aditamentos/alterações aos contratos de empréstimo celebrados no âmbito do Reequilíbrio Financeiro, entre o Município de Vila Real de Santo António e as instituições bancárias mencionadas na Proposta, de acordo com anterior deliberação da Assembleia Municipal datada de 12 de setembro de 2013, constantes nos seguintes anexos: Anexo I - Processo de visto n.º 1647/13 - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, CRL; Anexo II - Processo de visto n.º 1648/13 - Millenium BCP; Anexo III - Processo de visto n.º 1649/13 - Banco Popular Portugal SA; Anexo IV - Processo de visto n.º 1650/13 - Banco Santander Totta SA; Anexo V - Processo de visto n.º 1651/13 - Caixa Económica Montepio Geral; e Anexo VI - Processo de visto n.º 1652/13 - Banco BPI SA, Banco Espírito Santo SA, Caixa Geral de Depósitos SA, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

- Pelos Srs. Vereadores David Murta e José Barão foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

“Não obstante tudo o mencionado e referido anteriormente pela Bancada do Partido Socialista, e uma vez que nos foi dada a garantia que estas novas minutas integram todas as alterações solicitadas pelo Tribunal de Contas, e porque julgamos que os cidadãos, empresas e coletividades do Concelho não têm culpa da má gestão do executivo PSD, a posição de voto dos Vereadores do PS é favorável.”



## APROVAÇÃO DE DOCUMENTO COMPLEMENTAR AO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO.

- O Sr. Vereador David Murta questionou se a data do ofício do TC é a mesma do ponto anterior, e mencionou, à semelhança do anterior ponto, que face à importância do processo considera não ter existido o devido cuidado político no seu tratamento, designadamente pelo exposto no ofício do TC, que solicita que se “remeta documento detalhado ... que demonstre, explicita e quantifique inequivocamente as medidas que o Município se compromete a implementar, em termos de otimização da receita e redução e racionalização da despesa corrente e de capital ...”. Tal afirmação não deixa o Partido Socialista tranquilo, uma vez que se verifica que o plano inicialmente apresentado “inequivocamente” tinha muito pouco conteúdo.

Referiu ainda o Sr. Vereador, que há questões surpreendentes como:

- O aumento dos impostos e taxas locais, de 2012 para 2013, num montante aproximado de 1.900.000 euros;
- Aumento em igual montante do pagamento, em juros de mora e compensatórios, a Bancos, o que demonstra que se está a retirar às famílias para dar aos bancos;
- O corte real nos custos e consequentemente na despesa ser de apenas 500 mil, retiradas todas as engenharias financeiras com a Empresa Municipal, o que é demonstrativo da má política financeira do executivo PSD, para além de que a redução escassa da despesa demonstra muita propaganda sobre esta temática mas muito pouca eficiência.

O Sr. Vereador do Partido Socialista ainda deixou as seguintes preocupações:





A

- Que em 2014, mais de 1/5 (um quinto) das receitas da câmara municipal, ficam afetos ao serviço da dívida, e que a situação ainda piorará até 2018;
- Quando verifica que cerca de 25.000.000 de euros da dívida derivam de aquisições de bens e serviços e de transferências correntes;
- Quando constata que o Município vai ficar limitado nas suas opções e decisões de investimento. Na realização de obras; derivado das prerrogativas do Plano de Ajustamento Financeiro. E para realizar obras não previstas têm que ser solicitadas as devidas autorizações;
- Pelo acompanhamento que faz à plataforma "base.gov", para consulta das adjudicações de bens e serviços, efetuadas seja pela CM seja pela EM, e pelos valores elevados em questão, verifica que há muita conversa e propaganda sobre a redução de custos, que não se constata na prática, e não há um verdadeiro esforço para implementar essa redução;

Por fim, mencionou que abancada do PS está empenhada em resolver a situação, dando o seu voto favorável, mas não pode continuar a assistir a uma sucessão de adjudicações em prestações de serviços diversas e sem fim.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vice-Presidente, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser submetido a aprovação da Assembleia Municipal o "Documento Complementar ao Plano de Ajustamento Financeiro", documentos que constituem parte integrante da presente ata.

- Pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista, David Murta e José Barão, foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

10  
—  
A

“Não obstante tudo o mencionado e referido anteriormente pela Bancada do Partido Socialista, mas porque julgamos que os cidadãos, empresas e coletividades do Concelho não têm culpa da má gestão do executivo PSD, a posição de voto dos Vereadores do PS é favorável.”

#### CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA PROMOÇÃO DO EVENTO MANTA BEACH 2014-2016.

- O Sr. Vereador David Murta referiu que as alíneas b) e c) da proposta são o espelho e o resultado da política deste executivo PSD, em termos de animação noturna no Concelho. E pelo que essa mesma política, assente em eventos deste género, provoca em termos de concorrência desleal para os empresários do sector, sobretudo nas épocas principais. Propôs a retirada da proposta, pelo tempo necessário para que os empresários e as associações representativas do sector se possam pronunciar sobre o que deverá ser a animação noturna no concelho, e qual a estratégia a seguir. Mencionou ainda que na leitura da proposta não vislumbra nada sobre essa concertação com os empresários locais.

- O Sr. Presidente perguntou ao Sr. Vereador David Murta quais os empresários locais que estão licenciados para prestar serviços neste ramo. Face à resposta do Sr. Vereador, referindo que os empresários do espaço no Hotel Vasco da Gama e outros bares noturnos que no verão estão abertos praticamente toda a noite podiam ser potenciais interessados, o Sr. Presidente afirmou que não há nenhum empresário concelhio licenciado para a atividade proposta.



= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta e José Barão, aprovar a Proposta da Sra. Vice-Presidente, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser submetido à Assembleia Municipal a abertura do Concurso Público de Concessão de Serviço Público para Promoção do Evento Manta Beach 2014-2016, nos termos do artigo 33.º n.º 1 alínea ccc) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Programa de Concurso, o Caderno de Encargos e a planta de delimitação da área de intervenção do concurso público em causa, e remeter a presente proposta para a Assembleia Municipal para aprovação nos termos do artigo 25.º n.º 1 alínea p) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

- Pelos Srs. Vereadores David Murta e José Barão foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

“A bancada do Partido Socialista, não estando contra o evento Manta Beach em si, nem contra a realização de um procedimento concursal desta natureza (o qual sempre defendemos ser a melhor forma jurídica de conceder o evento), mas por considerar que a proposta não está sustentada com a devida concertação com os empresários e entidades representativas do setor, não pode votar afirmativamente a proposta, pela que a sua posição de voto é contra.”

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

“A nossa votação a favor vai para a escolha do processo por concurso público, o que não significa que estejamos a favor deste evento devido à experiência de anos anteriores e ao facto de não termos possibilidade de modificar estes eventos, em termos globais.”



12

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO MUNICIPAL BASEADO EM AÇÕES DE POLÍTICA DE PROXIMIDADE.

- O Sr. Presidente disse que o que se quer criar é um observatório de política social. Explicou que são necessários levantamentos constantes em todas as áreas do Concelho, monitorizando famílias.
- O Sr. Vereador José Cruz perguntou porque motivo é necessário o modelo de identidade e porquê uma prestação de serviços, quando a Câmara Municipal tem algumas técnicas da área social. Comunicou que há anos a CDU fez idêntico trabalho, apenas com uma técnica, pelo que a CDU discorda da prestação de serviços.
- O Sr. Presidente esclareceu que o modelo de identificação é de base estatística territorial, ou seja, são identificadas zonas do território e as suas necessidades. Clarificou ainda que os Recursos Humanos da Câmara Municipal são reduzidos, nomeadamente os da Ação Social, pelo que é necessário um trabalho externo, por ser necessário um trabalho exaustivo e eficiente para se apurar as reais necessidades das famílias.
- O Sr. Vereador David Murta disse que há necessidade de, posteriormente, se tomar medidas face aos resultados apurados e solicitou que o Executivo desse conhecimento dos relatórios da empresa aos vereadores da oposição. Disse ainda que embora seja um custo desagregado por três anos, a verdade é que é um custo elevado, para mais quando nas propostas aprovadas anteriormente se ter constatado que é necessário tomar medidas de redução de custos, pelo que entende que os Recursos Humanos da Câmara Municipal deviam realizar este trabalho.

- O Sr. Presidente referiu que logo que o trabalho tenha início e haja informação técnica poderá disponibilizar aos Srs. Vereadores do PS e da CDU. Disse ainda que, não para o próximo, pois não deve a informação estar disponível atempadamente, mas para o PDM seguinte a informação apurada poderá ser útil face às diversas informações que se obterão.

- O Sr. Vereador José Cruz alertou para o facto do modelo de identificação económico das famílias ser flutuante, visto as famílias alterarem a sua situação com alguma regularidade, pelo que é importante cruzar essa informação com a situação bancária.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, José Barão e José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vice-Presidente, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, para a celebração de prestação de serviços técnicos de Marketing e de estudos estatísticos para a realização e implementação de um modelo de identidade e identificação municipal baseado em ações de política de proximidade, pelo período de 3 (três) anos, com a firma Aximagem - Comunicação e Imagem, Lda., e por se tratar de um compromisso plurianual, que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal, no cumprimento do n.º1 do artigo 6.º da Lei de n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que obriga que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

- Pelos Srs. Vereadores David Murta e José Barão foi formulada a seguinte Declaração de Voto:



14  
D  
H

“Não obstante as explicações dadas pelo Sr. Presidente, mas por considerarmos que a proposta não é suficientemente esclarecedora quanto aos objetivos da prestação de serviços, e também por entendermos que neste tipo de procedimentos se devia sempre consultar a apresentar proposta pelo menos três concorrentes, a posição de voto da bancada do Partido Socialista é de abstenção.”

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

“A CDU abstém-se tendo em conta a explicação dada pelo Sr. Presidente, que referiu que se tratava de uma prestação de serviços referente a um modelo de identidade e identificação territorial.”

#### VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, E.M. S.A. - INFORMAÇÃO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA EM JUNHO DE 2013 (p/conhecimento).

- O Sr. Vereador David Murta questionou o Sr. Presidente sobre a elevada dívida à empresa Águas do Algarve, S. A..
- O Sr. Presidente esclareceu o Sr. Vereador referindo que estão a ser acertados os encargos, uma vez que se estão a realizar diversos pagamentos.
- A Câmara tomou conhecimento da informação semestral sobre a situação económica e financeira em junho de 2013 da empresa VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, E.M. S.A., documento que constitui parte integrante da presente ata.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 10.00 horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, FRANCISCO JOSÉ LEIRIA SABINO, Chefe de Divisão de Atividades Económicas, a redigi, subscrevo e assino.